

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO E DE REDES SOCIAIS DE 2008 A 2020

ACCOUNTING PRONOUNCEMENT COMMITTEE: A BIBLIOMETRIC AND SOCIAL NETWORK STUDY FROM 2008 TO 2020

NARELLY LIMA DO NASCIMENTO

Universidade do Estado de Mato Grosso
Endereço: Rodovia MT 358,7 | Jardim Aeroporto | 78300-000
| Tangará da Serra/MT | Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0001-7808-1646>
nareilly.lima@hotmail.com

JOSIANE SILVA COSTA DOS SANTOS

Universidade Federal do Paraná
Endereço: Avenida Prefeito Lothário Meissener, 632 –
1º andar - sala 120 | Jardim Botânico | 80210-170 |
Curitiba/PR | Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-5072-5267>
josiane.santos@unemat.br

SHEILA SANTOS DE MEIRELES

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Endereço: Avenida Pedro Calmon, 550 | Cidade Universitária
da Universidade Federal do Rio de Janeiro | 21941-901 | Rio
de Janeiro/RJ | Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0001-7733-5587>
sheila.sm@gmail.com

SONIA APARECIDA BEATO XIMENES DE MELO

Universidade do Estado de Mato Grosso
Endereço: Rodovia MT 358,7 | Jardim Aeroporto | 78300-000
| Tangará da Serra/MT | Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0001-9142-5941>
melo.sonia@unemat.br

GRAZIELE OLIVEIRA ARAGÃO SERVILHA

Universidade do Estado de Mato Grosso
Endereço: Rodovia MT 358,7 | Jardim Aeroporto | 78300-000
| Tangará da Serra/MT | Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0001-6085-6183>
graziele.aragao@unemat.br

LUIZ PANHOCA

Universidade Federal do Paraná
Endereço: Avenida Prefeito Lothário Meissener, 632 –
1º andar - sala 120 | Jardim Botânico | 80210-170 |
Curitiba/PR | Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-0839-1611>
panhoca@ufpr.br

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar as características dos artigos científicos publicados em periódicos de contabilidade no período de 2008 a 2020, com o tema Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Trata-se, nesse caso, de um estudo bibliométrico e de rede social, o qual seguiu as leis de Bradford, Zipf e Lotka, caracterizado como descritivo, com abordagem quali-quantitativa. A base de dados utilizada foi a plataforma Sucupira, da qual foram, previamente, selecionadas 18 revistas, com classificação Qualis/Capes A1, A2, B1 e B2, em um recorte temporal de 2008 a 2020. Os critérios de busca utilizaram os descritores “Comitê de Pronunciamentos

Editado em português e inglês. Versão original em português.

Aprovado no XIV Congresso de Administração, Sociedade e Inovação – CASI, Volta Redonda, RJ, de 25 a 26 de maio de 2022.

Recebido em 15/02/2022. Revisado em 25/07/2022. Aceito em 01/09/2022 pelo Prof. Dr. Rogério João Lunkes (Editor-Chefe). Publicado em 29/09/2022.

Copyright © 2022 RCCC. Todos os direitos reservados. É permitida a citação de parte de artigos sem autorização prévia, desde que identificada a fonte.

Contábeis e CPC” no título, resumo e nas palavras-chave concomitantemente, delimitando estudos que abordassem especificamente um ou mais pronunciamentos contábeis. Assim, resultou uma amostra de 103 artigos. Os dados foram tabulados com o uso do *Microsoft Office Excel*, software *Ucinet 6.726*, para análise das redes sociais; e a ferramenta *WordArt* para elaborar a nuvem de palavras. Os resultados indicaram que as publicações acerca do tema tiveram maior destaque no ano de 2015, com 18 publicações; os autores que mais publicaram foram Vera Maria Rodrigues Ponte, José Augusto Veiga da Costa Marques, Patrícia Vasconcelos Rocha Mapurunga; a USP se destacou como a mais profícua das IES, seguida da UFRJ, UFC, UERJ e USP-Ribeirão Preto; e o periódico que mais publicou sobre o tema foi a revista *Pensar Contábil*. As motivações que levaram a desenvolver esta pesquisa são diversas, dentre as quais o forte interesse em conhecer mais das edições, revisões dos pronunciamentos e circunstâncias do mercado. Os pronunciamentos mais pesquisados foram CPC 29, CPC 04 e CPC 25.

Palavras-chave: Contabilidade. Normas contábeis. Publicações. CPC.

ABSTRACT

The research aims to identify the characteristics of scientific articles published in accounting journals from 2008 to 2020 with the theme Accounting Pronouncements Committee. This is a bibliometric and social network study that followed the laws of Bradford, Zipf and Lotka, descriptive, with a quali-quantitative approach. The database used was the Sucupira platform, from which 18 journals were selected, classified as Qualis / Capes A1, A2, B1 and B2, with a time frame from 2008 to 2020. Search criteria using the descriptors “Pronouncements Committee Accounting and CPC” in the title, abstract and keywords, limiting itself to studies that specifically addressed one or more accounting pronouncements, resulted in a sample of 103 articles. Data were tabulated using Microsoft Office Excel, using the Ucinet 6.726 software for analysis of social networks and the WordArt tool to create the word cloud. The results indicated that publications on the subject had greater prominence in 2015, with 18 publications, the authors who most published were Vera Maria Rodrigues Ponte, José Augusto Veiga da Costa Marques, Patrícia Vasconcelos Rocha Mapurunga, the HEIs stood out as the most fruitful. USP, then UFRJ, UFC, UERJ and USP-Ribeirão Preto and the journal that published the most on the subject was Revista Pensar Contábil. The studies were motivated by many factors, editions and reviews of the accounting standards committee and the market rules. CPC 29, CPC 04 e CPC 25 were the most studied.

Keywords: Accounting. Accounting Standards. Publications. CPC.

1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização tem como característica a articulação das relações econômicas no contexto internacional, requerendo, tal avanço, uma linguagem comum entre os negócios (Almeida, 2001). Nessa perspectiva, constata-se que a existência de múltiplos procedimentos na contabilidade societária financeira prejudica a interpretação das informações contábeis, reportando-se à necessidade de normas que padronizem e harmonizem as informações ao contexto internacional (Farias & Farias, 2009; Gelbcke, Santos, Iudícibus, & Martins, 2018).

A evolução decorrente da convergência das normas e rotinas contábeis brasileiras aos padrões internacionais abrangeu um conjunto de iniciativas legais, constitucionais e

regulamentares, adotadas nos últimos anos; e teve como marco principal a publicação da Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual modificou a Lei n.º 6.404/1976 e revolucionou o cenário regulatório contábil no Brasil, possibilitando melhorar as informações divulgadas pelas organizações nos mercados de capitais (Ponte, Luca, Oliveira, Aquino, & Cavalcante, 2012).

Ao se referir aos padrões internacionais, ressalta-se tratarem-se das normas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), criado em 1973, como órgão responsável por emitir as normas internacionais de contabilidade, denominadas *International Accounting Standards* (IAS). Todavia, deve-se destacar que o IASC foi substituído pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), criado em 2001 e responsável, atualmente, por emitir as chamadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Dessa forma, a importância do IASB consiste em emitir normas contábeis em nível internacional, garantindo uma harmonização contábil sistêmica mediante o estabelecimento de um padrão de divulgação que respeite as características intrínsecas de cada país (Lemes & Oliveira, 2011).

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com propósito de manter-se em conformidade com as IFRS, no ano de 2005, criou o órgão denominado Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), responsável pelo processo de harmonização às normas internacionais de contabilidade. Tal processo consiste na tradução e adaptação das IFRS/IAS em Pronunciamentos Técnicos, os quais deverão ser referendados por entidades reguladoras brasileiras, como o CFC e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para posterior aplicação (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2011). Através dos CPCs, todos os pronunciamentos necessários à convergência contábil brasileira em consonância com as IFRS/IAS encontram-se emitidos e publicados. O primeiro CPC foi convergido e publicado no ano de 2008 e, até o ano de 2021, o Comitê já emitiu um total de 53 pronunciamentos (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2021). Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de constante atualização para os profissionais da área contábil, já que o conhecimento dessas normas propicia publicar demonstrações fidedignas em relação aos pronunciamentos.

Assim, diante da relevância desta temática para a contabilidade, traçou-se a seguinte questão, problema de pesquisa: Quais são as características dos artigos científicos tratando do tema CPCs, publicados em periódicos de contabilidade no período de 2008 a 2020? Nesse sentido, foi estabelecido como objetivo geral: identificar as características dos artigos científicos com o tema CPC, publicados em periódicos de contabilidade no período de 2008 a 2020, e mais especificamente: a) traçar um panorama da produção científica através do levantamento da quantidade de artigos por ano, número de autores, temas e qualificação Qualis; b) verificar quais autores e instituições mais publicaram e analisar se houve redes de cooperação; e c) analisar os pronunciamentos contábeis - (CPCs) mais frequentemente estudados.

Justifica-se esta pesquisa em razão da necessidade de se analisar como este tema está disseminado no meio acadêmico, com o intuito de motivar as partes interessadas a pesquisarem e explorarem mais cientificamente os atuais e novos CPCs, consolidando a teoria e a prática. Outra justificativa baseia-se na necessidade de dominar o conhecimento das Normas Internacionais de Contabilidade devido a relevância dos pronunciamentos, garantindo transparência, qualidade às informações contábeis e segurança aos diversos *stakeholders*.

Observa-se ainda que, apesar de haver outros estudos abordando a temática bibliometricamente (Castro, 2015; Ribeiro, 2018; Pinheiro, Gama, Silva, & Pinho, 2017; Cruz, Santos, Felix Júnior, Guimarães, & Costa, 2021), o estudo bibliométrico também visa identificar a formação de áreas de pesquisa em torno de determinada temática, além de permitir traçar o relacionamento entre instituições e o quanto profícuas são (Ribeiro & Santos, 2015) através da

análise mais aprofundada de redes, traçando o perfil atualizado de pesquisas dos atores envolvidos. Para a contabilidade, em específico, este tipo de estudo permite rastrear o conhecimento sobre as produções acadêmicas e, no caso do presente estudo, registra-se um diferencial que vai além, ao analisar o avanço e a concentração das pesquisas em relação à publicação e revisão dos CPCs, e trazer um panorama sobre os mais publicados, verificando as possíveis motivações de pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Comitê de Pronunciamentos Contábeis

A contabilidade, embora sempre tenha seguido regras e legislações de seus respectivos países, registrava discrepâncias nos padrões contábeis de cada nação, o que se tornou um problema diante da globalização dos mercados. Nesse cenário, investidores internacionais precisavam conhecer e analisar as empresas de qualquer parte do globo, e, para isso, uma contabilidade padronizada tornou-se imprescindível (Farias & Farias, 2009). Desse modo, para solucionar problemas contábeis relacionados às práticas contábeis entre países, foi necessária a criação de um órgão que pudesse normatizar um padrão, que fosse adotado em uma escala global. Assim, deu-se a criação do IASB, órgão responsável por impulsionar a convergência dos países aos padrões internacionais (Almeida & Oliveira, 2013). Demonstrando a evolução institucional e normativa da contabilidade brasileira, partindo do IASC, na Figura 1, apresenta-se a ordem cronológica do acontecimento das normas.

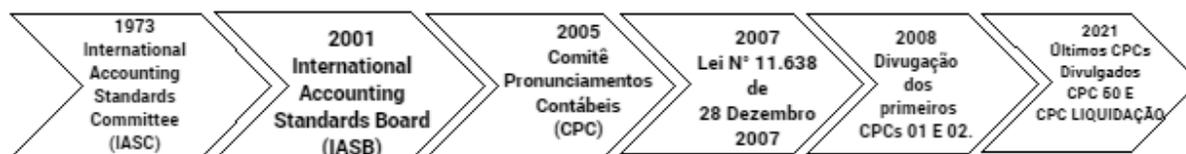


Figura 1. Linha do tempo da evolução institucional e normativa da contabilidade brasileira.

Fonte: Adaptado com base em CPC (2021).

O IASC, por 27 anos (1973 a 2000), teve como premissa a harmonização internacional das normas contábeis, visando reduzir a assimetria nas práticas contábeis entre os países (Zeff, 2014). Nesse período, o papel do IASC era emitir as normas, denominadas IAS. Todavia, em 2001, o IASC foi substituído pelo IASB, tornando este o órgão referência na elaboração de padrões contábeis em nível internacional, emitindo as normas IFRS (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2021).

No Brasil, partindo desse pressuposto, alguns órgãos passaram a discutir sobre a convergência aos padrões internacionais IFRS. Assim, em 2005, para a elucidação de questionamentos que pudessem, diretamente, contribuir com a contabilidade, foi criado o CPC, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução n.º 1055/2005. O CPC tem como finalidade estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos e orientações sobre a contabilidade e informações dessa natureza, levando em consideração os padrões internacionais, principalmente, formular e divulgar seus anúncios técnicos (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2021).

Os Pronunciamentos Técnicos preparados pela entidade CPC estabelecem conceitos doutrinários, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados. São identificados pela sigla CPC, seguida de numeração sequencial, hífen e denominação, e, após aprovados, são divulgados

juntamente com sumário, termo de aprovação e Relatório de Audiência Pública. As Orientações, por sua vez, têm foco informativo, visando prestar esclarecimentos sobre a adoção dos Pronunciamentos Técnicos e/ou interpretações, e são identificadas pela sigla CPC, seguida de numeração sequencial (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2022).

A fim de que esses documentos estejam convergentes às normas internacionais emitidas pelo IASB, o CPC, ainda, poderá aprimorar e corrigir documentos já editados através das 'Revisões'. Os documentos revisados são identificados pela sigla do documento a que se refere, seguida da letra R e numeração sequencial. Por exemplo, CPC 01 (R1). A letra R identifica que aquele CPC foi revisado, e o número 1 identifica que foi realizada uma primeira revisão (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2022). Com base em tais documentos, o CPC auxilia na interpretação das demonstrações e melhora a capacidade dos usuários de tomarem decisões econômicas eficazes, com o objetivo de tornar comum comparação entre informações contábeis de outros países e a forma de mensuração, avaliação e evidenciação de maneira geral (Toigo, Gollo & Cunha, 2014).

Com o advento da Lei n.º 11.638/2007, iniciou-se, efetivamente, no Brasil, o processo de convergência ao padrão contábil internacional, considerado uma conquista importante para o país. A fase inicial do processo de convergência ocorreu, com a divulgação dos primeiros pronunciamentos (Black & Nakao, 2017). Na Tabela 1, apresenta-se a relação dos pronunciamentos emitidos entre 2007 e 2021.

Tabela 1
Pronunciamentos emitidos de 2007 a 2021

Doc.	Descrição e atualizações	Ano*	Doc.	Descrição	Ano
CPC 00	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (**R1, 2011; R2, 2019)	2008	CPC 27 IAS 16	Ativo Imobilizado	2009
CPC 01 IAS 36	Redução ao Valor Recuperável e Ativos (R1, 2010)	2007	CPC 28 IAS 40	Propriedade para Investimento	2009
CPC 02 IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (R1; R2, 2010)	2007	CPC 29 IAS 41	Ativo Biológico e Produto Agrícola	2009
CPC 03 IAS 07	Demonstração dos Fluxos de Caixa (R1; R2, 2010)	2008	CPC 30 IAS 18	Receitas (revogado a partir de 1º/01/2018) (R1, 2012)	2009
CPC 04 IAS 38	Ativo Intangível (R1, 2010)	2008	CPC 31 IFRS 5	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	2009
CPC 05 IAS 24	Divulgação sobre Partes Relacionadas (R1, 2010)	2008	CPC 32 IAS 12	Tributos sobre o Lucro	2009
CPC 06 IAS 17 IFRS16	Arrendamentos (R1, 2010; R2, 2017)	2008	CPC 33 IAS 19	Benefícios a Empregados (R1, 2012)	2009
CPC 07 IAS 20	Subvenção e Assistência Governamentais (R1, 2010)	2008	CPC 34	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais (Não editado)	
CPC 08 IAS 39	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários (R1, 2010)	2008	CPC 35 IAS27 IFRS 27	Demonstrações Separadas (R1, 2011; R2, 2012)	2009
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	2008	CPC 36 IAS 27	Demonstrações Consolidadas (R1; R2, 2011; R3, 2012)	2009

			IFRS 10		
CPC 10 IFRS 02	Pagamento Baseado em Ações (R1, 2010)	2008	CPC 37 IFRS 01	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (R1, 2010)	2009
CPC 11 IFRS 04	Contratos de Seguro	2008	CPC 38 IAS 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (revogado a partir de 1º/01/2018)	2009
CPC 12	Ajuste a Valor Presente	2008	CPC 39 IAS 32	Instrumentos Financeiros: Apresentação	2009
CPC 13	Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/07 e da Medida Provisória n.º 449/08	2008	CPC 40 IFRS 07	Instrumentos Financeiros: Evidenciação (R1, 2012)	2009
CPC 14	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (Fase I) - Transformado em OCPC 03	2008	CPC 41 IAS 33	Resultado por Ação	2010
CPC 15 IFRS 03	Combinação de Negócios (R1, 2011)	2009	CPC 42 IAS 29	Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	2018
CPC 16 IAS 2	Estoques (R1, 2009)	2009	CPC 43 IFRS 1	Adoção Inicial dos pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41 (R1, 2010)	2009
CPC 17 IAS 11	Contratos de Construção (revogado a partir de 1º/01/2018) (R1, 2012)	2009	CPC 44	Demonstrações Combinadas	2013
CPC 18 IAS 28	Investimento em Coligada, em Controlada e em empreendimento Controlado em Conjunto (R1, 2011; R2, 2012)	2009	CPC 45 IFRS 12	Divulgação de Participações em outras Entidades	2012
CPC 19 IAS 31 IFRS 11	Negócios em Conjunto (R1, 2011; R2, 2012)	2009	CPC 46 IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	2012
CPC 20 IAS 23	Custos de Empréstimos (R1, 2011)	2009	CPC 47 IFRS 15	Receita de Contrato com Cliente	2016
CPC 21 IAS 34	Demonstração Intermediária (R1, 2011)	2009	CPC 48 IFRS 09	Instrumentos Financeiros	2016
CPC 22 IFRS 08	Informações por Segmento	2009	CPC 49 IAS 26	Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria	2018
CPC 23 IAS 08	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa, Retificação de Erro	2009	CPC 50 IFRS 17	Contratos de Seguro	2021
CPC 24 IAS 10	Evento Subsequente	2009	CPC LIQ	Entidades em Liquidação	2021
CPC 25 IAS 37	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	2009	CPC PME (IFRS for SMEs)	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos (R1, 2011)	2009
CPC 26 IAS 01	Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1, 2011)	2009			

* Ano da primeira edição

** R = Revisões realizadas

Fonte: Elaborada a partir do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2021).

No ano de 2021, o Comitê publicou mais dois novos pronunciamentos: o CPC 50, que aborda sobre contratos de seguro e tem como finalidade garantir que as entidades disponibilizem informações relevantes e que representem, fielmente, seus contratos; e o CPC Liquidação, que estabelece critérios e procedimentos contábeis específicos para entidade em liquidação. Com essas recentes publicações, os CPCs perfazem um total de 53 publicações.

2.2 Estudos correlatos

As discussões acerca do processo de convergência das normas internacionais de contabilidade constituem argumentos motivadores para o desenvolvimento de constantes pesquisas, que relacionem teoria e prática na rotina contábil e atualizem quanto a novos pronunciamentos publicados. Nesse sentido, alguns achados reportam a um panorama sobre as pesquisas relacionadas à temática, conforme são abordados a seguir.

Castro (2015) analisou o perfil das pesquisas pertinentes aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, apresentadas nos artigos publicados nos periódicos contábeis com Qualis A1 a B2 na Capes, no período de 2008 a 2014, em uma pesquisa classificada como quantitativa, descritiva e documental. Para tanto, foram selecionados 70 artigos publicados entre os 15 periódicos que fizeram parte da amostra. O resultado obtido apontou que a instituição de ensino de destaque foi a USP-Ribeirão Preto (SP), à qual os autores dos artigos vinculavam-se; e os CPCs com maior número de publicações foram o CPC 29 e o CPC 01.

Ribeiro (2018) analisou, em periódicos nacionais da área de contabilidade de 2005 a 2014, a produção acadêmica sobre o tema CPC. O percurso metodológico consistiu em uma análise bibliográfica e de rede social. O estudo concluiu que o tema CPC progrediu, especialmente a partir do ano de 2009; o periódico que teve maior número de publicações foi o *Pensar Contábil*; a Universidade de São Paulo (USP) sobressaiu como a mais profícua; referente às redes de coautoria e das IESs, houve baixa densidade em ambas; e o CPC 29 foi o mais contemplado dentre os estudados.

Sob o mesmo prisma, Pinheiro *et al.* (2017) buscaram investigar a produção acadêmica no Brasil em relação às convergências às normas internacionais de contabilidade, as IFRS, no período de 2010 a 2015, nos congressos brasileiros da USP (*International Conference in Accounting*) e da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - ANPCONT. Os achados revelaram: Roberto Carlos Klann, Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Ilse Maria Beuren, Isabel Lourenço, Marcelo Álvaro da Silva Macedo, Raquel Wille Sarquis e Sirlei Lemes como autores que mais publicaram sobre o tema; as principais instituições que publicaram foram a Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Cruz *et al.* (2021) buscaram responder como está caracterizada a produção científica acerca da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil, no período de 2008 a 2016. O universo amostral considerou palavras-chave, como: Adoção; CPC; Convergência; IAS; IASB; IFRS; Impacto da Adoção; Lei n.º 11.638/2007; Normas Internacionais, identificando um total de 137 artigos. O estudo evidenciou que 92,7% dos artigos resultaram de pesquisas empíricas, com os termos mais usuais - IFRS, normas internacionais de contabilidade e Lei n.º 11.638/2007; os pronunciamentos mais pesquisados foram o CPC 00 e o CPC 29; os autores mais profícuos foram Macedo, Salotti, Niyama, Silva e Lourenço; e os autores mais citados nos artigos foram Barth, Mary e Iudícibus.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é caracterizada como descritiva, com abordagem quali-quantitativa, tendo utilizado técnicas de análise bibliométrica e de rede social. A análise bibliométrica emprega técnicas quantitativas e estatísticas para avaliar as atividades e produções científicas. Assim, os resultados são demonstrados seguindo as três principais leis da bibliometria: análise dos autores que mais publicaram (Lei de Lotka de 1926); análise de periódicos mais produtivos (Lei de Bradford de 1934); e palavras-chave mais utilizadas (Lei de Zipf de 1949) (Araújo, 2006).

As redes de cooperação consistem na análise de redes sociais, partindo do princípio das relações entre os indivíduos, as pessoas e os grupos formados por esses autores. Os elementos que compõem essas interações podem ser definidos, em laços similares a uma teia, cujas estruturas são conexões nas quais os atores estão incorporados (Duarte, Souza, Macêdo, & Gomes, 2020). O método de rede social possibilita conhecer características, como: relacionamento entre os atores (autores e IESs) de uma rede; interação entre estes atores; concepção de *clusters*; crescimento da rede ao longo do tempo; e fluxo de comunicação, informação e conhecimento dentro da rede social (Bordin, Gonçalves & Todesco, 2014).

Dentre as métricas mais utilizadas para análise de redes, no presente estudo, optou-se por observar: a) o tamanho, verificando a quantidade de ligações estabelecidas na rede; b) a densidade, a qual permite compreender o quanto a rede interage a partir das conexões estabelecidas, destacando que quanto maior a densidade, maior a possibilidade de cooperação entre os atores; c) o grau de centralidade quanto à popularidade do ator, medindo seu grau de prestígio e sua influência na rede; e d) a centralidade de intermediação referente aos atores que exercem a função de intermediários, promovendo o fluxo de informações sobre determinado assunto na rede.

Na elaboração do mapeamento da rede de cooperação deste estudo, primeiro, foram levantados, a partir dos artigos obtidos na amostra, os nomes dos autores, listando-os em uma planilha de Excel na horizontal e vertical. Em seguida, nessa mesma planilha, foi identificada a ligação ou não dos autores nos artigos (informando 1 quando há ligação e 0 quando não há). Posteriormente, a partir da construção desse *layout*, a planilha foi importada para o *software* que calculou os resultados para as métricas listadas no parágrafo anterior, assim como os grafos presentes nos resultados. Esse mesmo procedimento foi realizado com a rede de cooperação de instituições.

Para selecionar a amostra de periódicos da área de contabilidade, inicialmente, realizou-se uma consulta na plataforma Sucupira, filtrando a classificação do quadriênio 2013 – 2016, área de avaliação em Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Dentre os periódicos levantados, considerou-se os de contabilidade com a classificação Qualis/Capes A1, A2, B1 e B2, resultando em uma amostra de 18 revistas, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2

Periódicos pesquisados

Nº	REVISTA	ISSN	QUALIS
1	Contabilidade Vista Revista	0103-734x	A2
2	Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)	1807-1821	A2
3	Revista de Contabilidade e Finanças	1808-057x	A2
4	Revista Universo Contábil	1809-3337	A2
5	Revista de Contabilidade e Organizações	1982-6486	A2
6	Revista Contemporânea de Contabilidade	1807-1821	A2
7	<i>Advances In Scientific and Applied Accounting</i>	1983-8611	A2
8	Contabilidade, Gestão e Governança	1984-3925	B1

9	Enfoque: Reflexão Contábil	1517-9087	B1
10	UNB Contábil	1516-7011	B1
11	Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	1984-8196	B1
12	REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	1981-8610	B1
13	Pensar Contábil	1519-0412	B2
14	Revista Catarinense da Ciência Contábil	1808-3781	B2
15	Sociedade, Contabilidade e Gestão	1982-7342	B2
16	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	2238-5320	B2
17	Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade	2237-3667	B2
18	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	1984-3291	B2

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em seguida à delimitação da amostra de periódicos, realizou-se uma busca em cada revista, identificando as publicações compreendidas no período de 2008 a 2020. A escolha e definição do período deveu-se ao fato de a adoção dos CPCs ter se tornado obrigatória somente a partir do exercício de 2008, em consonância com o vigor da Lei n.º 11638/2007. O critério de busca dos artigos deu-se por meio dos descritores: “Comitê de Pronunciamentos Contábeis” e “CPC”, no título, resumo e nas palavras-chave concomitantemente. Na filtragem dos estudos, foram mantidos aqueles artigos que abordassem especificamente um ou mais pronunciamento contábil, desprezando aqueles que abordassem a terminologia de uma forma genérica.

Os estudos foram analisados, previamente, com base na leitura dos resumos para ver se atendiam aos critérios de filtro determinados, resultando em uma amostra de 103 artigos. Posteriormente, foram realizadas leituras minuciosas desses artigos e foram tabuladas informações, como: ano da publicação, autores, instituições, unidade de federação, título, resumo, palavras-chave, objetivo, metodologia e resultado, com o uso do *Microsoft Office Excel*.

Para análise das redes de cooperação entre os autores e as instituições de ensino, utilizou-se o *software Ucinet 6.726*; e, para elaborar a nuvem das palavras-chave, utilizou-se a ferramenta *WordArt*. Os demais dados e análises foram apresentados em tabelas e figuras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Características dos artigos publicados de 2008 a 2020 com o tema CPC contábeis

Com objetivo de identificar as características dos artigos científicos sobre o tema CPC, publicados em periódicos de contabilidade no período de 2008 a 2020, nesta seção, são apresentados os resultados acerca dos 103 artigos que compuseram a amostra final deste estudo, sob a óptica das aferições bibliométricas e de redes sociais.

A Figura 2 ilustra o número de publicações com a temática “Comitê de Pronunciamentos Contábeis”, componentes da amostra deste estudo.



Figura 2. Número de publicações por ano

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observando a figura, constatam-se oscilações entre o período compreendido da pesquisa, inicialmente com quantidade relativamente baixa e uma leve tendência de crescimento do número de publicações ao longo do tempo, apresentando maior pico de publicações em 2015, e um pouco menos em 2014 e 2013, com um total de 46 publicações (Figura 2). Observa-se que a divulgação do primeiro pronunciamento ocorreu em 12/2008, o que pode ter influenciado a não existência de publicações no ano de 2008 e baixas produções entre os anos de 2009 e 2010. Cruz *et al.* (2021), ao realizarem um inventário das publicações de 2008 a 2016, identificaram os anos 2014, 2015 e 2016 como os mais produtivos, com 26, 23 e 18 artigos respectivamente.

Quanto à classificação Qualis/Capes, as quantidades de artigos publicados são evidenciadas na Figura 3.

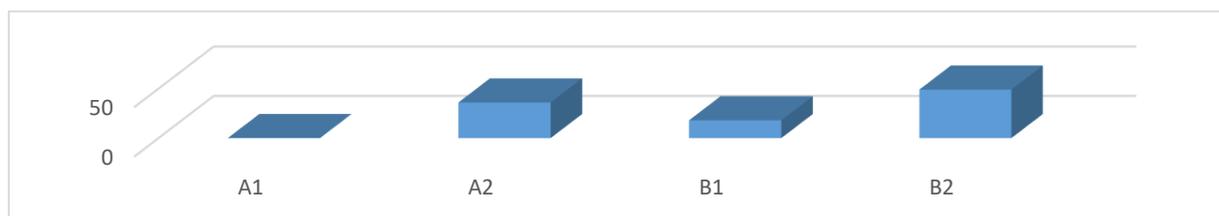


Figura 3. Classificação dos periódicos, artigos por Qualis

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como demonstrado na figura, identificou-se maior concentração de publicações com classificação B2, totalizando 49 artigos; seguida por A2, com 36 artigos; e, por fim, B1, com 18 publicações. Observa-se que a plataforma Capes divide suas classificações em triênio e quadriênio, tendo como atual, considerada neste estudo, a avaliação do quadriênio 2013-2016. Nota-se, ainda, a ausência de artigos com classificação A1, por razão que, de acordo com o quadriênio utilizado, não há periódicos contábeis com a devida classificação.

A Lei de Bradford tem por finalidade demonstrar os periódicos mais produtivos (Araújo, 2006). Nesse sentido, os dados da Tabela 3 validam essa teoria, apresentando, em ordem decrescente, a produtividade de artigos sobre a temática CPC nas revistas identificadas neste estudo.

Tabela 3

Distribuição de artigos por periódicos - Lei de Bradford

Revistas	QTD	%	Áreas de dispersão
Pensar Contábil	24	22%	Zona A: Concentração (Maior produtividade)
Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)	12	11%	
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	8	8%	
Contabilidade, Gestão e Governança	7	7%	
Revista de Contabilidade e Organizações	7	7%	
Repec - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	7	7%	
Enfoque: Reflexão Contábil	6	6%	Zona B: Concentração (Média produtividade)
Revista de Contabilidade e Finanças	5	5%	
Revista Catarinense da Ciência Contábil	5	5%	
Revista Universo Contábil	5	5%	
<i>Advances in Scientific and Applied Accounting</i>	4	4%	
Sociedade, Contabilidade e Gestão	3	3%	
Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	3	3%	
Revista Contemporânea de Contabilidade	2	2%	

Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	2	2%	Zona C: Concentração (Menor produtividade)
Contabilidade Vista Revista	1	1%	
UNB Contábil	1	1%	
Reunir: Revista de Administração Ciências Contábeis e Sustentabilidade	1	1%	
Total de artigos	103	100%	

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observa-se, nos dados apresentados, a concentração dos periódicos que mais publicaram na zona A, totalizando 65 artigos, seguida pela zona B, com 31 artigos e, por fim, zona C, com 7 artigos. É possível observar, ainda, na zona A, os periódicos mais devotos em relação à temática, com destaque para: revista Pensar Contábil (24), Revista Contemporânea de Contabilidade (12), Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (8) (Tabela 3). Esse resultado assemelha-se ao percebido por Ribeiro (2018), ao analisar a temática no período de 2005 a 2014, obtendo maior destaque também para o periódico Pensar Contábil.

A Lei de Zipf (Araújo, 2006) possibilita verificar qual é a tendência de palavras mais utilizadas em determinado conjunto, sendo que uma mesma palavra pode ser utilizada muitas vezes e, desse modo, a repetição das terminologias pode legitimar o assunto tratado. Pelo exposto na Figura 4, é possível validar a Lei de Zipf e averiguar o comportamento das palavras-chave com a temática em estudo.

Nesta análise, a nuvem foi formada por um total de 388 palavras-chave, depois de agrupadas as repetições, as quais dão destaque às palavras em evidência, restando 216 palavras, sendo que, dessa população, 153 apareceram somente em uma repetição, mantendo-se em menor destaque. As palavras-chave mais usuais foram: “Evidenciação contábil” (16), seguida por “Disclosure” (12), “Ativos biológicos” (11), “Normas internacionais de contabilidade” (10), “CPC 29” e “valor justo” (9 cada), “IFRS” (8) (Figura 4).



Figura 4. Nuvem de palavras
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na Tabela 4, demonstra-se qual CPC foi mais pesquisado. O critério de contagem consistiu em considerar a quantidade de CPCs estudados por artigo. Destaca-se que fazem parte da amostra: artigos que fizeram comparações entre diversos pronunciamentos; artigos que citaram especificamente os CPCs do 01 ao 14; e artigos que mencionaram todos os CPCs (até os anos de 2011, 2013, 2015, 2017 e 2018). Ao analisar os anos de concentração de pesquisas sobre

determinado pronunciamento, identificou-se que as revisões (Tabela 1) têm incentivado a intensificação de pesquisas do CPC 04, CPC 00, CPC 15, CPC 01, CPC 06, CPC 03, CPC 10, CPC 26 e CPC 37 e demais casos. Assim, infere-se que as pesquisas são provocadas a partir dos acontecimentos e desafios do mercado (Tabela 4).

Tabela 4
CPCs estudados nos artigos da amostra

CPC	Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola				x	xx	x	x	xx	xx	x	x	x	xx	14
CPC 04	Ativo Intangível		x		xx	x	xx	xx	x					x	10
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes					x	x	x	x		xx	x	xx		9
CPC 22	Informações por Segmento					x	xx	x			x			xx	7
CPC 27	Ativo Imobilizado				x	x		xx	x	xx					7
CPC 00	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro					x		xx		x	x	x			6
CPC 15	Combinação de Negócios				x	x		x	xx	x					6
	Menciona todos os CPCs (Até os anos de 2011, 2013, 2015, 2017 e 2018)				x		x		x		x	x			5
CPC 01	Redução ao Valor Recuperável de Ativos		x	x		x		x							4
CPC 06	Arrendamentos					x			x			x	x		4
CPC 13	Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/07 e da Medida Provisória n.º 449/08				xx	x		x							4
CPC 28	Propriedade para Investimento					x		x				xx			4
CPC 03	Demonstração dos Fluxos de Caixa				x						x	x			3
CPC 10	Pagamento Baseado em Ações		x		x				x						3
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis					xx								x	3
CPC 33	Benefícios a Empregados				xx		x								3
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade				x			xx							3
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (revog. 1º/01/2018)					xx		x							3
CPC 47	Receita de Contrato com Cliente										x		xx		3
CPC PME	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos						xx		x						3
	Menciona CPC do 01 ao 14				x			x	x						3
CPC 07	Subvenção e Assistência Governamentais								x			x			2
CPC 12	Ajuste a Valor Presente						x	x							2
CPC 17	Contratos de Construção (revogado a partir de 1º/01/2018)								x		x				2
CPC 30	Receitas (revogado a partir de 1º/01/2018)					x			x						2
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação							x					x		2

impacto da cultura da organização e do país no *disclosure* da norma, como a percepção do ponto de vista de auditores e contadores, e o gerenciamento tributário, sem esgotar as possibilidades de novas pesquisas.

4.2 Autores, instituições e regiões mais profícuas e Redes de cooperação

Para a pesquisa científica, com o objetivo de se obter um direcionamento sobre em quem se embasar para o melhor entendimento/escrita e quais são as principais fontes que abordam sobre um tema, é de suma importância conhecer os autores que expressamente se destacam na área e/ou temas afins. Nesse sentido, na Tabela 5, são discriminados os 11 autores mais profícuos, dos 232 identificados neste estudo.

Tabela 5

Autores que mais publicaram

Autores	Nº artigos
PONTE, Vera Maria Rodrigues	7
MARQUES, José Augusto Veiga da Costa	6
MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha	6
SLVA, Adolfo Henrique Coutinho e	4
SALOTTI, Bruno Meirelles	4
SANTOS, Odilanei Moraes dos	4
SANTOS, Ariovaldo dos	3
OLIVEIRA, Deyvison de Lima	3
PINHEIRO, Laura Edith Taboada	3
MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva	3
KLANN, Roberto Carlos	3

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os dados da tabela registram, assim, os autores que mais publicaram sobre a temática pronunciamentos contábeis, entre 2008 e 2020, com maior destaque para Ponte, representando 0,43%, com sete publicações; seguido de Marques e Mapurunga, com seis publicações, representando, juntos, 0,86% do total dos 232 autores deste estudo. Com quatro publicações cada, aparecem os pesquisadores Silva, Salotti e Santos, equivalente a 1,29% da amostra, enquanto os autores com três publicações representaram 2,16% (Tabela 5). Destaca-se que 12,50% do montante dos autores publicaram dois artigos cada, e 82,76% apenas um artigo cada sobre o tema.

Na Tabela 6 são apresentadas as 19 instituições que mais publicaram, vinculadas aos autores com até dois artigos. Nesse sentido, destaca-se que os artigos foram classificados de acordo com as instituições dos autores; para pesquisas com mais de um autor para a mesma instituição, foi contada uma ocorrência; para autores de diferentes instituições, foi computada uma ocorrência para cada. Dessa forma, dos 103 artigos distribuídos entre 232 autores, constatou-se a ocorrência de 48 instituições, das quais 86% são instituições públicas, e 14% privadas.

Tabela 6

Instituição de vinculação dos autores com até dois artigos publicados

	Instituições	UF	Nº publicações
1	Universidade de São Paulo (USP)	SP	23
2	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	16
3	Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	13
4	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	RJ	8

5	Faculdade de Econ. Admin. e Cont. de Ribeirão Preto (USP-Ribeirão Preto)	SP	8
6	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	7
7	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	6
8	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	MG	5
9	Universidade de Brasília (UNB)	DF	5
10	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	PB	4
11	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)	PR	4
12	Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)	SC	4
13	Universidade Regional de Blumenau (FURB)	RJ	3
14	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	RS	3
15	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	RO	3
16	Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	3
17	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	SP	3
18	Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa)	RN	2
19	Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE- CEARÁ)	CE	2

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observando os dados expostos, destaca-se como instituição mais profícua a USP/SP, seguida pela UFRJ, UFC, UERJ e USP-Ribeirão Preto (Tabela 6). Resultado semelhante foi identificado na pesquisa de Pinheiro *et al.* (2017), segundo a qual, dos 72 trabalhos selecionados, a USP/SP foi a universidade com maior quantidade de publicações, somando 18 trabalhos. A amostra do presente estudo revela, ainda, que, dentre os artigos publicados, além de autores das Instituições de Ensino Superior (IES), havia autores de outras instituições, como: o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE- CEARÁ), o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC/RJ), e a Polícia Federal (PF – DF). Ressalta-se que os dados apresentados na Tabela 6 representam 80% das instituições de vínculo com autores, nos critérios antes descritos; já as instituições com até um artigo correspondem a 20% da contagem.

A análise das redes sociais se baseia em representar, graficamente, relações de toda a rede social. No contexto das redes sociais, os resultados desta análise são considerados deveras importantes para a compreensão de vários aspectos relacionados à colaboração em rede entre os autores e as instituições de ensino superior, fortalecendo a pesquisa científica sobre o tema.

Nessa perspectiva, na Figura 5, apresenta-se a rede social de interação dos 232 autores identificados nos 103 artigos pesquisados neste estudo, apresentando 596 nós, dentro das 354.620 possíveis relações. A densidade de rede, por sua vez, apresentou o valor de 0,011, longe do número máximo (1), indicando que a rede é conectada em sua totalidade, e revelando uma média de 2,6 relações, o que denota uma baixa interação entre os autores. Outrossim, foram constatadas várias ligações compostas por pequenos grupos de autores, não relacionados entre si, quais sejam: Crisóstomo, Henrique Ribeiro, e Edilene Santos. Na Figura 5, ainda é possível observar, graficamente, que quanto maior o nó, maior a relevância do autor.

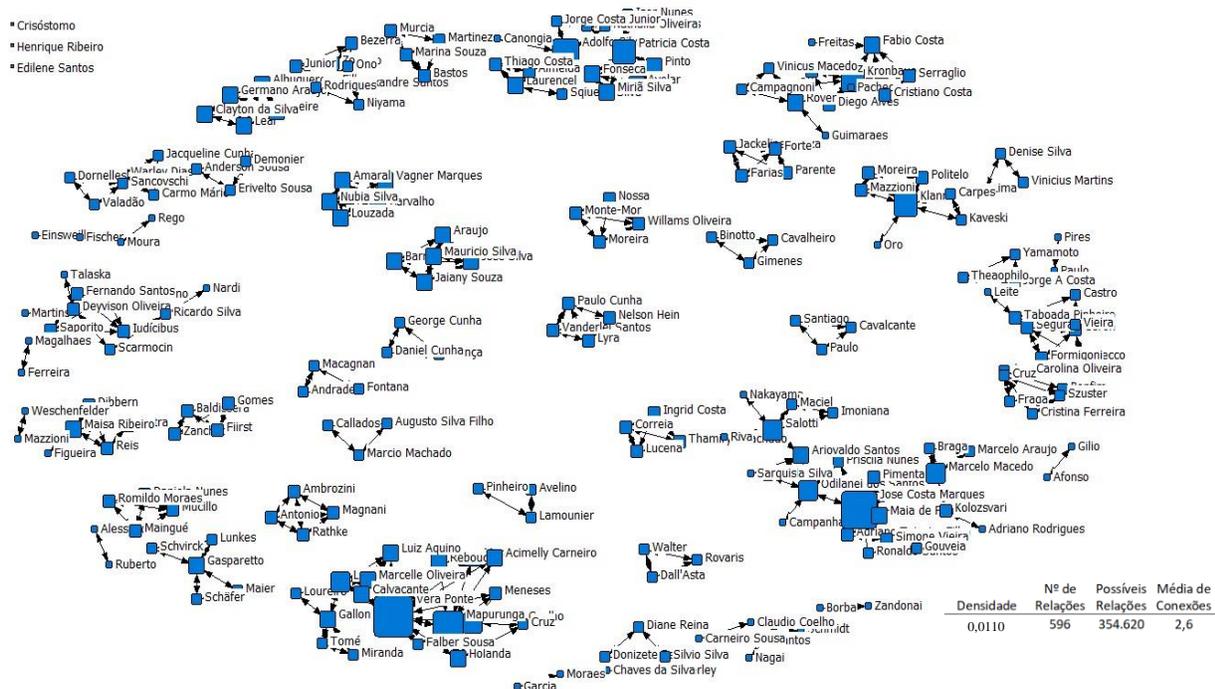


Figura 5. Rede de cooperação de autores
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As medidas de centralidade servem para demonstrar os nós ou as relações mais importantes na rede, quantificando, em números, a importância da articulação de cada elemento. Através do grau de centralidade (Tabela 7), observou-se que a rede dispõe de três autores com maior destaque de interações, sendo eles: Vera Ponte (11), seguida de José Costa Marques (8) e Mapurunga (7), denotando sua influência (*Outdeg*) na rede, já que são os autores com maior quantidade de relacionamentos ou nós neste quesito. Em questão de prestígio (*Indeg*), a autora Vera Ponte (11) segue com a mesma quantidade de nós, conferindo-lhe o destaque em ambos os quesitos, seguida, novamente de José Costa Marques (10) e Mapurunga (8).

O resultado, que se pode verificar na Tabela 7, permite inferir, em comparação com o estudo de Ribeiro (2018), que ocorre uma movimentação na posição dos autores no *ranking* com relação ao grau de centralidade, na qual Vera Ponte passa a liderar em quantidade de laços com outros autores. Logo, ela se torna uma referência quanto a este assunto, já que demonstra estar amadurecendo em conhecimento na temática e repassando conhecimento. Observa-se, ainda, que surgem novos autores e que outros perdem seu posto, podendo indicar perda de interesse quanto ao assunto.

Tabela 7
Grau de centralidade (Degree)

Autores	<i>Outdeg</i> Influência	<i>Indeg</i> Prestígio	nOutde	nIndeg
Vera Ponte	11.000	11.000	0.048	0.048
José Costa Marques	8.000	10.000	0.035	0.043
Mapurunga	7.000	8.000	0.030	0.035
Adolfo Silva	7.000	7.000	0.030	0.030
Klann	6.000	6.000	0.026	0.026

Patricia Costa	6.000	6.000	0.026	0.026
Kronbauer	6.000	5.000	0.027	0.022
Odilanei dos Santos	5.000	5.000	0.022	0.022
Salotti	5.000	5.000	0.022	0.022
Luca	5.000	5.000	0.022	0.022

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para melhor visualização do exposto, na Figura 6, expõem-se, graficamente, os dois agrupamentos de conexões envolvidas com os autores que apresentaram o maior grau de centralidade na rede, os quais concentram o maior número de interações entre autores.

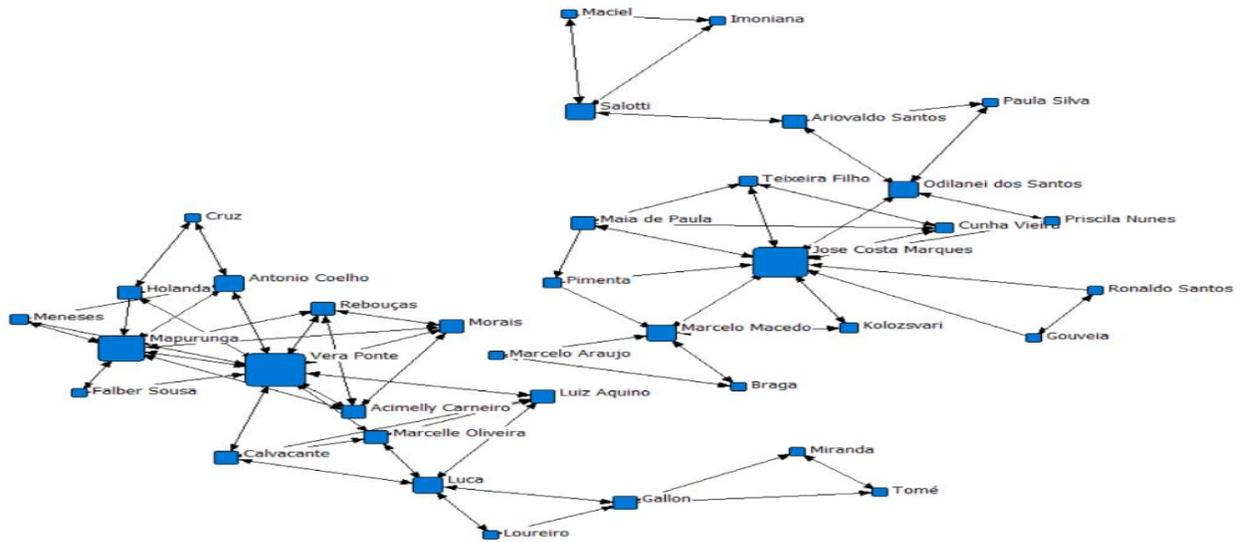


Figura 6. Grau de centralidade x Conexões entre os autores

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A centralidade de intermediação de *Freeman (Betweenness)*, que permite entender o fluxo e o controle de informações, após calculada, é apresentada na Tabela 8.

Tabela 8

Freeman (*Betweenness*) autores e instituições

Autor	Betweenness	nBetweenness	IES	Betweenness	nBetweenness
José Costa Marques	276.500	0.520	USP	279.500	25.856
Odilanei dos Santos	232.000	0.437	Fucape	97.500	9.019
Ariovaldo Santos	190.000	0.358	Unisinos	71.000	6.568
Vera Ponte	168.167	0.317	UFRJ	49.000	4.533
Salotti	146.000	0.275	UFMG	48.000	4.440
Luca	104.000	0.196	Fipecafi	28.500	2.636
Marcelo Macedo	77.000	0.145			
Gallon	60.000	0.113			
Kolozsvari	40.000	0.075			

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observa-se que a centralidade concentrou-se em: José Costa Marques, Odilanei do Santos, e Ariovaldo Santos, seguidos de Vera Ponte e Salotti como aqueles que obtiveram maior alcance

entre outros autores, quando se trata da pesquisa dos CPCs. Já as IES que se destacaram foram: a USP, a Fucape, a Unisinos, a UFRJ e a UFM, como as cinco instituições responsáveis pelo fluxo das informações entre as instituições quando se trata da temática (Tabela 8).

A Figura 7 visa apresentar a dinâmica da interação dos relacionamentos da rede formada pelas 48 instituições identificadas.

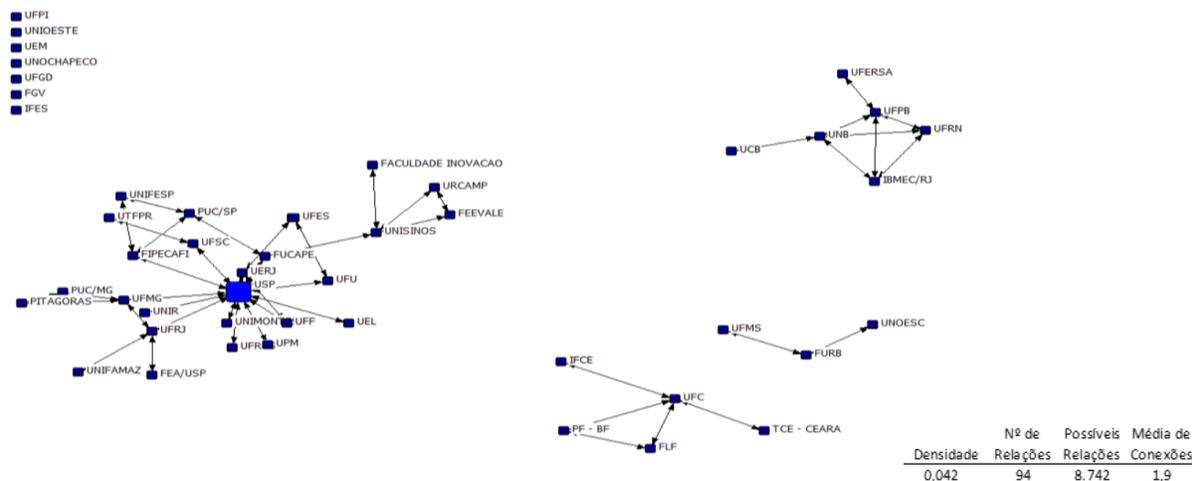


Figura 7. Redes de cooperação instituições

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A interação dos relacionamentos das IES apresentou 94 relações das 8.742 possíveis, com uma densidade de 0,042 e uma média de 1,9 relações. Dessa maneira, denota-se uma baixa interação entre as instituições, inferindo-se a existência de baixa troca de informação sobre o estudo dos CPCs. Observa-se que sete IES não mantiveram relação com outras instituições; 14 IES foram distribuídas em três grupos distintos, e 26 IES conectaram-se de maneira direta ou indireta entre si, em um grupo de pesquisa maior e que se pode visualizar no lado esquerdo da Figura 7. Salienta-se que a referida rede teve, com maior destaque de interação entre os grupos, as IES: USP, Unisinos, UFC, UFPB. Na Tabela 9, apresenta-se o grau de centralidade (*Degree*) encontrado neste estudo.

Tabela 9

Grau de centralidade (*Degree*) Instituições

IES	Degree	nDegree
USP	13.000	0.277
UFC	4.000	0.085
UFMG	4.000	0.085
UFRJ	4.000	0.085
UNB	4.000	0.085

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ressalta-se que a USP se destaca com 13 interações, correspondendo a 13,82% das 94 interações da rede; e normalidade de 0,277, sobressaindo-se como a instituição de maior influência e prestígio entre as instituições quanto ao estudo dos CPCs (Tabela 9).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foram investigadas as produções acadêmicas, tratando do tema pronunciamentos contábeis, nos periódicos contábeis entre 2008 e 2020. Para tanto, foram utilizadas as técnicas de análises bibliométricas e de rede social em 103 estudos, identificados no período compreendido, com a finalidade de evidenciar quais pronunciamentos são mais estudados, assim como avaliar as nuances das pesquisas em um contexto literário nacional. Desse modo, visa contribuir para um entendimento mais amplo, a partir da compreensão da relevância deste estudo, especialmente àqueles que buscam um norte para a geração de estudos futuros.

Ressalta-se que esta pesquisa, tendo se limitado a estudar as produções acadêmicas sobre os pronunciamentos contábeis nos periódicos nacionais, com Qualis/Capes A1, A2, B1 e B2, do quadriênio 2013-2016, não encontrou, de acordo com amostra obtida, revista com Qualis A1. Nesse sentido, sugere-se a fomentação desses periódicos para alcance de tal extrato. Quanto aos CPCs mais estudados, foram identificados o CPC 29, o CPC 04 e o CPC 25.

Foi possível observar, ainda, o panorama dos motivos que despertaram interesse dos autores, evidenciando a distribuição temporal das pesquisas, permitindo correlacionar se foram propiciadas pelas edições e revisões dos CPSs. Dessa maneira, pôde-se inferir que as motivações foram diversas; nem todas, porém, geradas em função das publicações ou revisões, mas, sim, devido às circunstâncias do mercado ou pelo fato de os pesquisadores não terem informações suficientes dos exercícios logo após o pronunciamento, impossibilitando a comparabilidade. Esse fato pode ser conferido, em detalhe, nas leituras dos artigos relacionados aos pronunciamentos mais pesquisados.

Em relação aos autores que mais publicaram, foram identificados: Vera Ponte, José Costa Marques e Mapurunga, que também foram os que tiveram maior relação com outros autores na rede social. Quanto ao avaliado sobre as IES, a USP destacou-se tanto como mais profícua quanto a com maior número de interação na rede. O pico das publicações se deu entre os anos de 2015, 2014 e 2013; e o periódico que mais publicou sobre o tema foi a revista *Pensar Contábil*. Sobre densidade da rede com relação ao estudo dos CPCs, esta se mantém baixa quando comparada ao estudo de Ribeiro (2018); e a USP permanece em destaque, na rede, com maior interação. Ao longo dos anos, outros pesquisadores ganham visibilidade quanto às publicações sobre a temática, destacando-se em prestígio e influência a autora Vera Ponte. Desse modo, para complementar este estudo, sugere-se, para publicações futuras, utilizar mecanismos de busca com mais abrangência nos indexadores para pesquisa, a fim de constatar como se deu a evolução de novos estudos.

REFERÊNCIAS

- Almeida, N. S., & Oliveira, S. (2013). Evidências do entendimento de quatro pronunciamentos contábeis por auditores independentes do Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(1). <https://doi.org/10.1590/S1415-65552013000100006>
- Almeida, P. R. D. (2001). A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 44, 112-136.
- Araújo, C. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11-32. jan./jun. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201702750>

- Bordin, A. S., Gonçalves, A. L., & Todesco, J. L. (2014). Análise da colaboração científica departamental através de redes de coautoria. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 19(2), 37-52. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/1796>
- Black, R., & Nakao, S. H. (2017). Heterogeneidade na qualidade do lucro contábil entre diferentes classes de empresas com a adoção de IFRS: evidências do Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(73), 113-131. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201702750>
- Castro, F. B. (2015). *Comitê de pronunciamentos contábeis: um levantamento da produção científica nos periódicos de contabilidade no período de 2008 a 2014*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10183/140691>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2011). *Pronunciamentos técnicos contábeis 2010*. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade. Recuperado de https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/23_Pronunciamentos_tecnicos_2010.pdf
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2021). *Pronunciamentos*. Recuperado de: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2022). *Pronunciamentos*. Recuperado de: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Regimento-Interno>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 29). (2021). *Pronunciamentos*. Recuperado de: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 04). (2021). *Pronunciamentos*. Recuperado de: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>
- Cruz, V. L., Santos, R. R., Felix Júnior, L. A., Guimarães, L. G. A., & Costa, W. P., L., B. (2021). Produção científica sobre a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: Estado da Arte das pesquisas de 2008 a 2016. *Revista de Auditoria Governança Contabilidade*, 9(39). Recuperado de <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/2370>
- Duarte, A. L. F., Souza, L. A.V., Macêdo, D. G., & Gomes, J. S. (2020). Produção acadêmica brasileira sobre controle gerencial: mapeamento e análise de rede. *Research, Society and Development*, 9(9). <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7511>
- Farias, M. R. S., & Farias, K. T. R. (2009). Tópicos para pesquisa sobre contabilidade internacional: Evidências empíricas no Brasil. *Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*.
- Gelbcke, E. R., Santos, A. Iudícibus, S., & Martins, E. (2018). *Manual de contabilidade das sociedades: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC* (3a ed.). São Paulo: Atlas.

- Lemes, V. A. & Oliveira, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças On-line*, 22(56). <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200003>.
- Pinheiro, A. D., Gama, L. F. V. O., Silva, A. R. P. S., & Pinho, C. M. D. (2017). Adoção das normas IFRS: um estudo da produção científica dos anais dos congressos USP e ANPCONT. *Anais do Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 14*. Recuperado de congressosp.fipecafi.org/anais/17UspInternational/ArtigosDownload/496.pdf
- Ponte, V. M. R., Luca, M. M. M., Oliveira, M. C., Aquino, L. D. P., & Cavalcante, D. S. (2012). Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo pronunciamento técnico CPCs 13 no âmbito das companhias abertas. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade- REPeC*, 6(1), 38-53.
- Ribeiro, H. C. M. (2018). Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Análise da produção acadêmica divulgada em periódicos nacionais da área de contabilidade de 2005 a 2014. *Pensar Contábil*, 20(73). Recuperado de atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/3427/0
- Ribeiro, H. C. M., & Santos, M. C. dos. (2015). Perfil e evolução da produção científica do tema governança corporativa nos periódicos qualis/capes nacionais: uma análise bibliométrica e de redes sociais. *JAMG, Management and Governance*, 18(3).
- Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas – SIRE. (2021). *Estudo ressalta papel do Brasil como um dos maiores produtores agrícolas do mundo*. Recuperado de <https://www.canalrural.com.br/noticias/estudo-ressalta-brasil-maiores-produtores-agricolas>
- Toigo, L. A., Gollo, V., & Cunha, P. R. (2014). Pronunciamentos contábeis brasileiros: evidências do julgamento dos acadêmicos concluintes do curso de Ciências Contábeis. *Revista Ambiente Contábil*, 6(2), 1-17. Recuperado de <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>
- Zeff, S. A. (2014). A evolução do IASC para o IASB e os desafios enfrentados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25, 300-320.